

Ata da sessão ordinária de Assembleia Municipal realizada a 29 de dezembro de 2025

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Auditório da Biblioteca Almeida Faria, em Montemor-o-Novo, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pelo seu Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1º. Ponto – Proposta de Derrama sobre o IRC para 2026 -----
- 2º. Ponto – Proposta de Participação do Município no IRS para 2026 -----
- 3º. Ponto – Proposta de IMI a cobrar em 2026 -----
- 4º. Ponto – Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2026 -----
- 5º. Ponto – Proposta de Regulamento dos Cemitérios Municipais de Montemor-o-Novo -----
- 6º. Ponto – Revisão do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização -----
- 7º. Ponto - Relatório do Procedimento Regulamentar para elaboração do Regulamento dos Refeitórios Escolares no concelho de Montemor-o-Novo -----
- 8º. Ponto – 2º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples de S. Geraldo -----
- 9º. Ponto - 3º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples de S. Cristóvão -----
- 10º. Ponto - 3º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples de S. Sofia -----
- 11º. Ponto - 4º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples do Escoural -----
- 12º. Ponto - 4º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples de Cabrela -----
- 13º. Ponto - 4º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples de Lavre -----
- 14º. Ponto - Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Freguesia de Nª Sr.ª da Vila / Aluguer de Carrinha para Transportes Escolares -----
- 15º. Ponto - Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Freguesia de Nª Sra. da Vila / Delegação de Competências - novembro e dezembro de 2025 -----
- 16º. Ponto - Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Freguesia de Nª Sra. do Bispo / Delegação de Competências - novembro e dezembro de 2025 -----
- 17º. Ponto - Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Freguesia de Silveiras / Delegação de Competências - novembro e dezembro de 2025 -----

18º. Ponto - Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Freguesia de Lavre / Delegação de Competências - novembro e dezembro de 2025 -----

19º. Ponto - Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Freguesia de Cortiçadas de Lavre / Delegação de Competências - novembro e dezembro de 2025 -----

20º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças: António Joaquim da Silva Danado, Alice Isabel Pinto Nunes, André Filipe Saloio Banha, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Edgar Manuel Curto Carriço, Henrique José Leocádio Lopes, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Hugo Miguel Gatinho da Ponte, Jaime Manuel Pinto de Oliveira, João Filipe Brito e Cunha Maricoto Monteiro, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joana dos Santos Silva em substituição de Elisabete Cristina Grilo Cebola Martins, Joel José Pequito Pedreirinho, José Manuel Salsinha Geraldo, Lina Graça Maltez em substituição de Rui Fernando Benavente Páscoa, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Maria de Fátima Nogueira Breia, Maria Joana Peniche Gingão, Nélcio Henrique Minhoca Pinetra em substituição de Ana Cristina dos Santos Silva, Nuno Miguel Cobra Jacinto em substituição de Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Martins Pinto, Paula Cristina Vaqueirinho Bilro, Pedro Miguel Brito Ramos, Ricardo Santos Galvão em substituição de João António Caetano da Veiga, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Tiago Manuel Pasadas Nunes, Vasco Manuel Braga Picaró, Vicente Manuel Gião Roque, Vitor Manuel Pinto Carapetudo. -----

Estiveram ainda presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Pinto de Sá, as Senhoras Vereadoras Ana Mémé e Paula Martins e os Senhores Vereadores António Xavier, Gonçalo Simões e Olímpio Galvão. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para colocar à apreciação a proposta de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte cinco, sendo aprovada por unanimidade dos eleitos que participaram nessa sessão. Foi também colocada a apreciação a proposta de ata da sessão ordinária que teve lugar no dia doze de setembro de dois mil e vinte e cinco, a qual também foi aprovada por unanimidade. -----

Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que ia dar início ao período antes da ordem dia. -----

Interveio o eleito António Fitas para apresentar um Voto de Pesar, em nome da bancada dos eleitos da CDU, pelo falecimento da Professora Doutora Manuela Mendonça, o qual foi colocado a votação e aprovado por unanimidade, apresentando-se transcrito de seguida: -----

*“Voto de Pesar pelo falecimento da Prof. Dra. Manuela Mendonça -----*

*Manifestamos o nosso profundo pesar pelo falecimento de Manuela Rosa Coelho Mendonça de Matos Fernandes, historiadora de reconhecido mérito, presidente da Academia Portuguesa de História, natural de São Cristóvão, falecida aos 77 anos. -----*

*Nascida em 12 de fevereiro de 1948, Manuela Mendonça distinguiu-se como uma das mais relevantes historiadoras portuguesas da sua geração, sendo especialista na Baixa Idade Média Portuguesa, com particular incidência nas relações peninsulares desse*

período. O seu rigor científico, clareza da escrita e a capacidade de interpretação histórica tornaram a sua obra uma referência incontornável no estudo da História de Portugal. Foi docente do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde formou sucessivas gerações de estudantes e investigadores, contribuindo de forma decisiva para a valorização do ensino e da investigação histórica. Entre 1990 e 1996, exerceu funções como subdiretora-geral do Arquivo Nacional da torre do Tombo, desempenhando um papel relevante na preservação e valorização do património documental português. -----

Da sua vasta obra destacam-se títulos como *D. João II. Um percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal* (1991), *As Relações Externas de Portugal nas Finais da Idade Média* (1994), *Cidades, Vilas e Aldeias de Portugal* (1995), *A Guerra Luso-Castelhana no Século XV A Batalha de Toro* (2006) e *História dos Reis de Portugal da Fundação à Perda da Independência* (2010), obra que coordenou, deixando um legado científico duradouro e amplamente reconhecido. -----

Enquanto Sancristovense, Manuela Mendonça honrou a sua terra natal, esteve presente em várias comunicações, conferências e outros encontros, nomeadamente na sessão comemorativa do Centenário da Freguesia (2018) e no livro *Cidades, Vilas e Aldeias de Portugal* (1995) dedicando um capítulo à história de São Cristóvão. O seu exemplo constitui motivo de orgulho para a comunidade local, afirmando o valor da cultura, do conhecimento e do serviço público. -----

Assim, a Assembleia Municipal delibera: -----

1. Manifestar publicamente o seu profundo pesar pelo falecimento de Manuela Mendonça; -----
2. Endereçar à sua família, amigos e à Academia Portuguesa da História as mais sentidas condolências. -----

Montemor-o-Novo, 29 de dezembro de 2025” -----

O documento foi colocado à votação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, sendo aprovado por unanimidade. -----

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal decorreu seguidamente um minuto de silêncio pelo falecimento de Manuela Mendonça. -----

Deu a palavra à eleita Paula Pinto, que apresentou uma Recomendação à Câmara Municipal, em nome da bancada dos eleitos pela AD, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

A bancada da AD – Fazer Mais, Fazer Melhor traz hoje a esta Assembleia duas propostas que consideramos essenciais para a qualidade de vida e para o bem-estar dos nossos munícipes: o reforço da segurança e da iluminação pública na nossa cidade. -----

A segurança é uma preocupação legítima de todos. Uma cidade segura é uma cidade mais viva, mais atrativa e mais humana. Por isso, entendemos que é tempo de agir de forma responsável e preventiva. -----

Nesse sentido, recomenda-se que se proceda ao estudo de viabilidade para a instalação de câmaras de vigilância em algumas zonas estratégicas da cidade, devidamente identificadas, sempre com respeito absoluto pela legislação em vigor e pela proteção dos direitos e da privacidade dos cidadãos. -----

*Recomenda-se ainda o melhoramento e reforço da iluminação pública em vários locais da cidade, nomeadamente em zonas residenciais, espaços públicos e áreas de circulação pedonal, onde a falta de iluminação compromete a segurança e a tranquilidade de quem lá vive ou circula.* -----

*Estas medidas não são apenas uma resposta à questão da segurança; são também um investimento na confiança, na tranquilidade e na qualidade de vida das pessoas. São medidas concretas, responsáveis e exequíveis, que refletem a visão da AD para o concelho: fazer mais e fazer melhor, com sentido de responsabilidade e foco no futuro. A AD acredita que investir na segurança e na iluminação é investir nas pessoas. É fazer mais e mais e fazer melhor, com visão, responsabilidade e compromisso com o futuro do nosso concelho.* -----

*Para terminar, aproveitamos esta intervenção para desejar a todos os membros desta Assembleia, aos trabalhadores do Município e a todos os municípios um Bom Ano com saúde, sucesso e esperança renovada num concelho melhor para todos.* -----

*Montemor-o-Novo, 29 de dezembro de 2025”* -----

Sobre o documento apresentado, pediu a palavra o eleito Jaime Oliveira para concordar que a segurança é certamente um bem comum a todos. Quanto à iluminação pública, tem a opinião de que a cidade necessita de melhoramentos, bem como as freguesias rurais. Relativamente à questão da videovigilância e baseando-se em exemplos de outros Municípios que implantaram essa medida e que tiveram um acréscimo de despesa. Os eleitos pela CDU consideram ser prioritário e mais eficaz o reforço de efetivos nos postos territoriais. -----

Interveio ainda o eleito Joaquim Galvão concordando com a intervenção do eleito pela CDU e acrescentando que a instalação de videovigilância carece do respetivo regulamento, que terá de ser avaliado o seu benefício e se contribuirá para a diminuição dos assaltos. Na sua opinião, considera que o documento poderia apresentar uma proposta relativamente aos locais a instalar esse sistema como escolas, portas de bancos, entre outros. Por outro lado, a questão do reforço iluminação pública, há muitos anos reivindicado juntos dos responsáveis, tem sido difícil de resolver. Os eleitos do Partido Socialista também partilham da opinião de que esta proposta poderia ser apresentada como uma Recomendação à Câmara Municipal. -----

Sobre o documento em discussão, tomou a palavra o eleito Joel Pedreirinho, relatando que já existe este sistema de videovigilância em Mourão, Cascais, Caldas da Rainha, Castelo Branco e até Ponta Delgada. Considera de grande importância a existência de câmaras de vigilância, uma vez que no que respeita a atos de vandalismo em locais públicos, como é o caso dos bancos, estes equipamentos têm-se revelado importantes para as autoridades. No caso das autarquias, considera ser um investimento importante para salvaguardar atos de vandalismo junto das populações e do património. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal evidenciando que, no âmbito destas questões da videovigilância, tudo requer a aprovação da Comissão Nacional de Proteção de Dados e dar cumprimento a todas as regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados, havendo ainda uma equipa técnica especializada para tratar os dados recolhidos pelas câmaras de videovigilância, as quais estão sujeitas também uma série de regulamentação. -----

Seguidamente, foi o Senhor Presidente da Câmara Municipal que usou da palavra, salientando que apesar de ser a Assembleia Municipal a aprovar as recomendações, quem define quais as propostas a incluir nas Opções do Plano e Orçamento é o município e posteriormente são apreciadas pelos eleitos da Assembleia Municipal. Frisou ainda que, tal como já afirmado em reunião de Câmara, o Município continua recetivo a propostas/sugestões para integrar no documento, ainda em elaboração. Sobre as demais questões, o Senhor Presidente da Câmara Municipal destacou que Portugal é um dos países mais seguros do mundo, onde a criminalidade é mais baixa e em que o aumento de criminalidade tem se registado sobretudo no que respeita a fraudes na internet. Tem havido também um aumento nos casos de violência doméstica. Assim sendo, não considera haver necessidade de instalar câmaras de videovigilância na cidade. Sublinhou que são sistemas muito onerosos, na ordem das centenas de milhares de euros, que obrigam à existência de uma sala de controlo com segurança por forma a garantir a privacidade das imagens vinte e quatro horas por dia, em determinadas situações. Aquilo que lhe parece correto será a existência de mais agentes na rua e o reforço da polícia de proximidade. Quanto à proposta de iluminação pública, é algo que também o Município pretende ver reforçado, pelo que fará parte da proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2026. -----

Voltou a intervir o eleito Joel Pedreirinho frisando ter enviado, via email, em nome da AD, um conjunto de propostas a incluir nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026. Ainda sobre a temática da videovigilância referiu que o investimento feito pela Câmara Municipal de Mourão terá sido à volta oitenta mil euros, pelo que, no caso do nosso concelho, não seria um investimento avultado. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propondo, aos eleitos pela AD, algumas alterações ao texto do documento, as quais foram aceites. Não havendo outros pedidos de uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

O eleito Vicente Roque usou da palavra para apresentar, em nome bancada do Partido Socialista, uma Moção denominada “Pela Valorização e Desenvolvimento do Alentejo”, a qual se apresenta transcrita seguidamente: -----

*“A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida em sessão no dia 29 de dezembro de 2025, saúda com entusiasmo a aprovação, por parte da Assembleia da República, da proposta do PS que visa a isenção do pagamento de portagens na autoestrada A6 e em diversos troços da A2. Esta medida destina-se especificamente a residentes e a empresas com sede fiscal na região do Alentejo. -----*

*Nos termos da legislação aprovada, a isenção aplica-se da seguinte forma: -----*

*- Na A6: No percurso entre o nó da A2/A6/A13 e a zona do Caia, beneficiando os cidadãos e o tecido empresarial do Norte Alentejano e do Alentejo Central; -----*

*- Na A2: No troço compreendido entre o nó A2/A6/A13 e Almodôvar, favorecendo quem reside ou gere empresas no Baixo Alentejo e no Litoral Alentejano. -----*

*Esta decisão representa uma medida justa de discriminação positiva para com o Alentejo, sendo um instrumento vital para promover a coesão territorial. -----*

*Ao eliminar estes encargos, reduzem-se significativamente os custos de contexto que penalizavam os alentejanos e a economia regional, tornando o território mais competitivo e acessível. -----*

Montemor-o-Novo, 29 de dezembro de 2025" -----

Sobre o documento interveio a eleita Hortênsia Menino referindo que há muitos anos que a CDU vem propondo, aos vários governos, a isenção de portagens na A6 para residentes e empresas, pelo que saúdam esta medida, considerando que só peca pelo atraso, porque tem penalizado há muitos anos as populações e as empresas de Montemor, do Alentejo Central e do Norte Alentejano. Votarão favoravelmente, ainda que considerem o título do documento um pouco desadequado. -----

Por não haver mais pedidos para uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a Moção a votação, sendo aprovada, por unanimidade. -----

De seguida o eleito Hugo Gatinho apresentou, em nome do Partido CHEGA, uma Recomendação à Assembleia Municipal, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

*"A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida em sessão ordinária no dia 29 de dezembro de 2025, considerando que: -----*

*- O acesso à água potável e ao saneamento básico não é um privilégio, mas um direito fundamental e uma obrigação inalienável de poder local; -----*

*- É inaceitável que, no século XXI, continuem a existir municípios do concelho de Montemor-o-Novo sem acesso às redes públicas de água e esgotos, nomeadamente na Venda do Bravo, S. Mateus, Reguengo, Maia e em mais alguns aglomerados habitacionais; -----*

*- A inexistência destas infraestruturas básicas obriga famílias a recorrer a soluções precárias, onerosas e ambientalmente insustentáveis; -----*

*- Existem no concelho zonas com grandes aglomerados habitacionais onde as fossas sépticas se encontram praticamente lado a lado, bem como furos de captação de água muito próximos entre si, criando um risco sério e real de contaminação; -----*

*- Nestas circunstâncias, a contaminação da água por bactérias como a Escherichia coli (E. coli), entre outras, já é uma realidade conhecida, representando um grave problema de saúde pública; -----*

*- É igualmente grave e amplamente conhecido que as ETAR existentes no concelho continuam a descarregar efluentes no rio Almansor, situação que se arrasta há anos sem solução eficaz; -----*

*- A poluição do rio Almansor representa um sério problema ambiental e de saúde pública, sabendo-se que estas descargas acabam por atingir o rio Tejo, agravando um problema ambiental de escala regional e nacional; -----*

*- O CHEGA apresentou uma proposta na Assembleia da República com vista ao combate à poluição do rio Almansor, demonstrando vontade política para resolver este problema estrutural; -----*

*- Essa proposta foi chumbada com os votos contra do PSD e do CDS, enquanto PS e CDU optaram pela abstenção, revelando falta de compromisso político efetivo com a resolução deste grave problema ambiental; -----*

*- A ausência de decisões concretas e de investimentos estruturais demonstra uma preocupante falta de prioridade política relativamente à saúde das populações, à proteção do ambiente e à defesa dos recursos hídricos; -----*

*A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, sob proposta do Grupo Municipal do CHEGA, recomenda e questiona a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo no sentido de: -----*

- 
1. *Esclarecer de forma clara e objetiva se estão atualmente em curso trabalhos, projetos ou soluções técnicas para impedir que as ETAR existentes continuem a descarregar efluentes no rio Almansor;* -----
  2. *Reconhecer publicamente os riscos de saúde pública associados à coexistência de fossas sépticas e furos de captação de água em zonas densamente habitadas;* -----
  3. *Apresentar um plano concreto, calendarizado e financeiramente sustentado para a requalificação das ETAR, para a eliminação das descargas poluentes e para a expansão urgente do saneamento básico;* -----
  4. *Priorizar a extensão das redes de abastecimento de água e de saneamento básico às zonas ainda excluídas, prevenindo situações de contaminação da água e protegendo a saúde das populações;* -----
  5. *Informar regularmente a Assembleia Municipal e a população sobre as medidas adotadas, os investimentos realizados e os resultados alcançados;* -----
- A presente recomendação pretende denunciar uma situação grave e prolongada de risco ambiental e de saúde pública, exigindo soluções concretas e imediatas para garantir dignidade às populações, proteger o ambiente e salvaguardar os recursos hídricos do concelho, da região e do país.* -----
- Montemor-o-Novo, 29 de dezembro de 2025* -----
- O Grupo Municipal do CHEGA”* -----

Relativamente ao documento em discussão, o eleito Márcio Veríssimo destacou o facto de que foram as câmaras de gestão CDU que criaram e expandiram as redes de abastecimento de água e saneamento, por todo o concelho. Foram também construídas, de forma pioneira, algumas das primeiras ETAR's do país. Acrescentou que os eleitos pela CDU sempre têm defendido que o abastecimento de água, com origem na Barragem dos Minutos, poderia ser a solução para um novo sistema de reforço do abastecimento à cidade e Santiago do Escoural, passando por S. Mateus, Reguengo e Maia. Essa é uma responsabilidade da empresa Águas Públicas do Alentejo, entidade a quem deve ser feita essa exigência. Quanto à recomendação apresentada, frisou que é responsabilidade da empresa Águas Públicas do Alentejo garantir o bom funcionamento da ETAR. A água pública fornecida no concelho de Montemor é de qualidade, sendo isso devidamente atestado pelas análises regulares e comprovadas pela Entidade Reguladora do Abastecimento de Água e Resíduos/ERSAR. Discorda que sejam feitas afirmações que põem em causa a qualidade da água pública em Montemor. Disse ainda que a construção da nova ETAR do Escoural é da responsabilidade da empresa Águas Públicas do Alentejo. Por outro lado, os equipamentos sobre a responsabilidade da Câmara Municipal serão alvo de intervenções de requalificação previstas para o próximo ano. Terminou a sua exposição referindo que os eleitos pela CDU se irão abster relativamente à recomendação. -----

De seguida usou da palavra o eleito Joel Pedreirinho comunicando que a bancada da AD foi eleita para defender os interesses dos montemorenses, sem qualquer conotação ou amarra política, pelo que votarão favoravelmente a recomendação. Reforçou ainda que as questões elencadas, nomeadamente, o acesso à água potável e ao saneamento básico e a poluição do Rio Almansor, sempre foram uma preocupação. Relembrou que foi através dos eleitos da AD que se deslocaram, em visita ao Rio Almansor e contataram com os moradores junto do rio, dois deputados da Comissão do Ambiente do PSD, no

sentido de se inteirarem dos problemas existentes. Ainda no uso da palavra, o eleito Joel Pedreirinho disse, relativamente à intervenção do eleito Márcio Veríssimo, discordar que todas as responsabilidades dos problemas relatados sejam exclusivamente imputadas à empresa Águas Públicas do Alentejo. Relembrou que a Zona Industrial da Adua continua sem ter uma ETAR e que esse problema é da responsabilidade do Município. -----

Tomou a palavra o eleito Henrique Lopes destacando que o anterior executivo elaborou, pela primeira vez, um documento estratégico em torno do ambiente e da estratégia ambiental. Frisou ainda a criação de um grupo de trabalho envolvendo o Município, a AGDA e Associação Portuguesa do Ambiente que desenvolveu trabalho sobre as questões do Rio Almansor. Relembrou ainda a obtenção, em 2024, do selo de qualidade exemplar de água para consumo humano, atribuído pela ERSAR, Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. Deu nota ainda dos trabalhos de limpeza e manutenção realizados junto do rio, que apesar de estar muito anos esquecido, o anterior executivo voltou a coloca-lo noutra patamar, através deste grupo de trabalho com os organismos da Administração Central. Destacou que efetivamente a responsabilidade do Município se restringe à gestão em baixa dos sistemas de água residuais e de consumo humano. Finalizou afirmando que a estratégia ambiental foi uma resposta, do ponto de vista operacional, com planificação e organização, porque é importante que antes de se avançar, ter de facto um documento estruturante para dar resposta a estes constrangimentos. -----

Pediu de seguida a palavra o eleito Vicente Roque frisando que a questão da água é uma questão muito séria e preocupante. Concorde com a recomendação se esta for apresentada com o objetivo de sensibilização da população para continuar a desenvolver um trabalho positivo sobre esta temática. Por outro lado, discorda das afirmações que põem em causa a qualidade da água no concelho, porque felizmente temos água de qualidade. Na sua opinião, existe um caminho a percorrer, trabalhos de levantamento e melhorias a realizar, destacando a importância da construção da ETAR na Zona Industrial da Adua. -----

Voltou a usar da palavra o eleito pelo CHEGA, Hugo Gatinho questionando qual a razão para as ETAR's estarem a fazer descargas para o rio Almansor. Referiu ainda que as águas que se encontram contaminadas são em furos particulares, fora da área da cidade. Tem conhecimento de casos em que as pessoas deixaram de poder utilizar os seus furos por ter sido detetada uma bactéria e adquirir depósitos para abastecimento através do Município.

Pediu a palavra o eleito Márcio Veríssimo destacando o facto da existência de episódios de pluviosidade intensa, qualquer que seja a dimensão da ETAR, nunca conseguirá dar resposta, porque não existe sistema separativo. Relembrou as intervenções realizadas na cidade, pelos executivos CDU, desde o Rossio até ao Largo dos Paços do Concelho. Também a Rua de Avis foi intervencionada no sentido de ser dada resposta à criação de regimes separativos de águas pluviais e de águas residuais. Ainda no uso da palavra, afirmou que a zona da Maia tem problemas com a captação de água, mas que não têm qualquer relação com fossas sépticas, como mencionava a recomendação apresentada pelo eleito do CHEGA. Considera que o conteúdo da recomendação como foi apresentado pode causar algum pânico na população, completamente infundado. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra esclarecendo que a empresa Águas Públicas do Alentejo, foi constituída com o objetivo de resolver o problema da escassez de água no concelho através da captação e tratamento da Barragem dos Minutos. Essa foi a razão principal porque Montemor-o-Novo integrou as Águas Públicas do Alentejo, porque não existirá a curto prazo água de furo suficiente para abastecer a cidade, haverá necessidade de recorrer à água da Barragem dos Minutos. -----

Continuando a sua intervenção, afirmou que a Barragem dos Minutos foi construída com duas tomadas de água, sendo uma para a agricultura e outra destinada ao abastecimento público. Esclareceu ainda que se encontra instalada uma infraestrutura prevista para ter um sistema de tratamento de água superficial da barragem, que futuramente poderá fazer o abastecimento a cidade, podendo chegar até ao Escoural. Este sistema é considerado uma das grandes prioridades do Município por forma a garantir que os investimentos que foram comprometidos pelas Águas Públicas do Alentejo sejam concretizados. -----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a ETAR de Montemor foi das primeiras do país, porque na altura ainda ninguém se preocupava com o saneamento, mas Montemor ainda cedo mostrou essa preocupação. Foi também contruída a ETAR de Escoural, que infelizmente, mais tarde, deixou de poder funcionar. Destacou ainda que a Zona Industrial da Adua não necessita de uma ETAR, mas sim de um coletor que faça a ligação até à ETAR da cidade. Evidenciou ainda o facto de que grande parte das ETAR's são da responsabilidade das Águas Públicas do Alentejo. Contrariamente, as existentes nas freguesias, como é o caso de Cortiçadas de Lavre e Silveiras, as quais necessitam de uma intervenção, urgente, são da responsabilidade da Câmara Municipal. Prosseguindo no uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal frisou que as zonas históricas urbanas têm sistemas unitários, que não separam as águas pluviais dos efluentes domésticos. Por consequência, será um trabalho que levará anos a desenvolver à medida que for feita a regeneração urbana. A situação será tratada a pouco e pouco, tendo por isso de continuar a adotar-se algumas soluções técnicas, por forma a minimizar os problemas, nomeadamente quando há chuvas mais fortes. A Câmara Municipal está a tentar encontrar soluções para questões existentes nas zonas rurais de grande complexidade. No que respeita, por exemplo à zona da Maia e Reguengo, atendo à grande dispersão que existe, o abastecimento de água é uma questão bastante complicada. Existem furos que foram feitos, que tinham um bom caudal, no entanto não foi possível a sua utilização para o abastecimento público daquelas zonas porque serem águas muito ferrosas e o custo de retirar o ferro da água era incomportável e não havia garantia da qualidade da água. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo aprovada por maioria com oito votos favoráveis, dos eleitos pela AD (6), do eleito pelo CHEGA e do eleito pelo Movimento Elevar Cortiçadas e vinte e três abstenções, dos eleitos pela CDU (13) e pelo PS (10). ---- Por serem zero horas do dia trinta de dezembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou autorização para a continuidade dos trabalhos, tendo obtido a concordância de todos os eleitos. -----

Usou da palavra o eleito Henrique Lopes referindo-se ao facto de que apesar da lei permitir cerca de 90 dias para apresentação do Orçamento municipal e das Opções do



Plano, as necessidades dos munícipes não tiram férias, nem esperam por prazos legais. Acrescentando que assim sendo, vamos entrar em 2026, com o orçamento de 2025. Tem conhecimento de que outros Municípios se organizaram para ter o documento finalizado para entrar em vigor no novo ano. Relembrou ainda que, o anterior executivo do Partido Socialista, dedicou muitas horas e até algumas noites, tal como os serviços, para ter o orçamento pronto a apresentar. Na sua opinião, o nosso concelho vai entrar em 2026 em ponto morto, considerando que este atraso, embora legal, trata-se de uma opção política. O eleito salientou ainda que governar sem o Gabinete de Apoio é um sinal de isolamento e de preocupação, demonstrando também alguma vulnerabilidade política. Decorridos, quase dois meses, da tomada de posse, a ausência deste gabinete revela incapacidade de recrutamento e falta de quadros. Quem integra o Gabinete de Apoio, são pessoas preparadas para analisar processos, dar respostas aos munícipes, mas também devem ser um suporte técnico às tomadas de decisão. Para concluir, relembrou que a CDU votou contra o orçamento do anterior executivo, tendo considerado inclusivamente mau, mas foi agora adotado pelo Senhor Presidente. Continuando no uso da palavra, mostrou-se bastante agradado pelo facto de ter tido conhecimento do envolvimento dos agentes culturais do concelho, no âmbito da Capital Europeia da Cultura 2027. -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara frisou que não existe qualquer atraso, uma vez que a lei diz que o documento respeitante às Opções do Plano e o Orçamento podem ser aprovados até ao mês de fevereiro. Acrescentou que o atual executivo tomou a decisão de que era fundamental para a elaboração da referida proposta a participação dos trabalhadores, dos dirigentes e das forças políticas que o quisessem fazer, infelizmente, esse tempo para a participação e a disponibilidade que havia também a esse nível não foi compatível com os tempos curtos. Recordou o facto de que as eleições autárquicas tiveram lugar cerca de quinze dias mais tarde, pelo que esse espaço de tempo acabou por se perder. Continuando a sua exposição, o Senhor Presidente afirmou que, entre apresentar um Orçamento e Opções do Plano, só por apresentar e apresentar uma proposta participada e representativa das visões estratégicas e das ações para o mandato, foi adotada a última opção. Discordando das afirmações do eleito Henrique Lopes, o Senhor Presidente da Câmara realçou que o executivo tem uma direção política assente nas mesmas bases, ou seja, na realização de reuniões com os serviços para aferir a sua situação, não apenas através dos relatórios, mas de viva voz, não apenas com os dirigentes, mas com os trabalhadores de cada serviço. Para além disso estão a ser dadas respostas aos inúmeros agendamentos de reuniões solicitadas pelas instituições ou associações. Também já foram realizadas umas largas dezenas de atendimentos de munícipes, quer pelo Senhor Presidente, quer pelo restante executivo. -----

Relativamente à Capital Europeia da Cultura 2027, como parte integrante do programa eleitoral da CDU, o Senhor Presidente da Câmara disse que sempre foi afirmado que se houvesse vontade, do ponto de vista dos criadores e dos agentes culturais, poderia ser criado um programa específico para Montemor. Informou que já teve lugar uma primeira reunião, muito participada, decorrendo agora a preparação do programa em conjunto com os criadores e associações, havendo ainda a possibilidade de interligar projetos e propostas diferentes, deixando assim um legado para o futuro de Montemor.



A eleita Alice Gomes pediu a palavra frisando que a sua intervenção incidirá sobre quatro matérias, no âmbito da escola pública no concelho de Montemor-o-Novo. Referiu que baseada num espírito de responsabilidade e preocupação, considera que todos os eleitos partilham do mesmo objetivo, ou seja, garantir boas condições de aprendizagem para os alunos e condições dignas de trabalho para docentes e não docentes. Assim sendo, questionou o executivo sobre qual o ponto de situação relativamente à conclusão da obra da Escola Básica de Ciborro. Prosseguindo no uso da palavra, solicitou esclarecimentos sobre a intervenção a decorrer no campo de jogos da Escola Básica de S. João de Deus, destacando a sua relevância, enquanto infraestrutura, mas também como espaço de apoio às aulas de educação física e desporto escolar. -----

A terceira questão colocada pela eleita foi sobre o preocupante atraso da obra na Escola Básica de Cortiçadas de Lavre. Questionou o executivo se estão a ser equacionadas medidas intermédias ou alternativas para garantir condições adequadas de aprendizagem e de trabalho, caso a obra não esteja concluída dentro do prazo previsto. Salientou que as questões não são colocadas numa lógica de confronto político, mas sim de acompanhamento atento e cooperativo daquilo que é essencial. Frisou que, enquanto eleitos, todos ganham se houver clareza, planeamento e soluções atempadas. Voltando a usar da palavra, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, em relação à intervenção na Escola Básica do Ciborro, a mesma estará concluída dentro de poucos dias, prevendo-se que entre em funcionamento no mês de janeiro. Sobre a questão colocada relativamente ao campo de jogos da Escola Básica de S. João de Deus, será enviado, com a brevidade possível, o ponto de situação, uma vez que não dispõe de informação atualizada no momento. Quanto à intervenção na Escola Básica de Cortiçadas de Lavre, o Senhor Presidente afirmou que se trata de uma questão complexa, atendendo a que empresa não está a cumprir os prazos estipulados. Em caso de rutura com a empresa o Município teria de tomar posse administrativa e avançar com um novo processo de adjudicação, o que significaria muito mais tempo. -----

Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente informou que uma das primeiras decisões tomadas pelo executivo foi enviar, para revisão, o projeto da Escola Básica Nº1 de Montemor-o-Novo, o qual foi apresentado e aprovado em Reunião de Câmara. Assim, logo que estejam reunidas as condições, será novamente lançado o processo de concurso. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural, José Geraldo, interveio de seguida afirmando que gostaria de partilhar uma reflexão, não apenas enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural, mas também enquanto autarca que acredita profundamente no trabalho em equipa, na cooperação institucional e no compromisso com as populações. A Junta de Freguesia de Santiago do Escoural iniciou este mandato com uma visão clara para o futuro do território, assente no desenvolvimento equilibrado, na valorização do espaço público, na melhoria da qualidade de vida das pessoas e na criação de oportunidades que respondam às necessidades da freguesia. Assim sendo, apresentou à Câmara Municipal um conjunto de propostas. As referidas propostas tiveram como base um trabalho de proximidade, de escuta ativa da população e de um conhecimento profundo do território. Continuando a sua intervenção destacou as mais relevantes: a continuação das obras de beneficiação do pavilhão multiusos; a requalificação do espaço da Feira Franca; a

requalificação da Praça da República; a melhoria da mobilidade e da acessibilidade através da adaptação de ruas empedradas para pessoas com mobilidade reduzida; a reabilitação de equipamentos de espaços comunitários como lavadouros, edifícios públicos e estruturas de apoio à população; a requalificação da antiga Escola Primária; a valorização das várias localidades da freguesia, com projetos estruturantes como a melhoria das infraestruturas, a criação de condições para a mobilidade sustentável e a valorização do espaço público. O eleito acrescentou ainda que a Junta de Freguesia encara o exercício de Poder Local com sentido de responsabilidade e espírito construtivo. Respeita o papel fiscalizador de todas as forças políticas, no entanto, não aceitará que esse papel seja usado para criar bloqueios ou dificultar o trabalho da Junta de Freguesia. O compromisso do executivo da Junta de Freguesia é bastante claro. Trabalhar, executar e responder às necessidades da população. Terminou a sua intervenção desejando, em nome da Junta de Freguesia, um bom final de ano e um excelente 2026, com saúde, sucesso e capacidade para concretizar aquilo que verdadeiramente importa para as comunidades. -----

Em nova intervenção o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que, no âmbito da preparação e da participação das Juntas de Freguesia nas Opções do Plano e Orçamento municipal para 2026, o executivo já reuniu com todas as Juntas de Freguesia, havendo uma discussão muito aberta e muito franca, relativamente a todas as matérias. Considera que foi um trabalho muito positivo, decorrendo, neste momento, a fase de análise das propostas, por forma a concretizar-se o que foi acordado, de acordo com os recursos existentes. -----

Seguidamente quem interveio foi o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre, Augusto Pascoal, frisando que uma obra numa escola é uma situação terrível, quando não são acauteladas as respetivas consequências. Relatou que as crianças que integram as quatro classes da Escola Básica de Cortiçadas de Lavre estão a ter aulas todas juntas no mesmo espaço, tratando-se de um esforço gigantesco para todos, quer para os professores, quer para as crianças. Por isso, é imperativo que esta situação não seja arrastada por muito tempo. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informar que foi distribuída a calendarização das sessões ordinárias para o ano de dois mil e vinte e seis informando ainda da realização, ao longo do ano, de sessões descentralizadas, sendo que a sessão ordinária do mês de fevereiro terá lugar em Cabrela. -----

Decorreu de seguida o primeiro período de intervenção do público, tendo usado da palavra o Senhor Natalino Rosa, em representação da Associação Portuguesa de Deficientes, o qual apresentou algumas preocupações em termos de acessibilidades. -- Uma das questões colocadas ao executivo foi a possibilidade de adaptação de um táxi para transporte de pessoas com mobilidade reduzida, considerando que seria um apoio bastante importante. Continuando a sua intervenção, referiu-se ao Sistema de Transporte Público Urbano Morbus, salientando que uma vez decorrido um ano que se encontra em funcionamento, seria importante fazer um balanço. Alertou ainda para a necessidade de colocação de um abrigo de proteção nos lugares marcados para taxistas, junto do terminal da Rodoviária do Alentejo. Ainda no uso da palavra, sugeriu que um lugar para táxi junto do Centro de Saúde poderia ser uma mais valia para os munícipes com incapacidade. Como dirigente da associação informou que está a ser realizado um

levantamento de necessidades, a vários níveis, quer na cidade, quer nas freguesias. Apresentou ainda alguns problemas respeitantes ao Centro de Saúde, nomeadamente no que respeita à redução do horário das consultas abertas e quanto ao número de médicos no serviço de urgência, solicitando uma intervenção da Câmara Municipal. ---- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que as questões relacionadas com os taxistas deverão ser tratadas com as associações representativas dos mesmos. A Câmara poderá fazer o levantamento destas ou de outras propostas e fazer o seu encaminhamento para essas associações. Salientou que o executivo está atento à evolução das questões da saúde, quer no concelho, quer a nível nacional, que são preocupantes, mas que não são da competência direta da câmara. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, por parte do público presente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que ia dar início à ordem de trabalhos. -----

#### 1º. Ponto – Proposta de Derrama sobre o IRC para 2026 -----

Neste primeiro ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a proposta sofreu uma alteração relativamente ao ano de dois mil e vinte e cinco. Recordou que a derrama é um imposto municipal que se aplica sobre as empresas sujeitas a IRC e não às outras empresas, podendo ter uma taxa máxima de 1,5%, no entanto, os Municípios podem determinar taxas inferiores. Tem uma característica própria, em que a receita pode e deve ser consignada, ou seja, tem que se dizer para que serve aquela receita. Destacou ainda que o executivo pretende que seja destinada a financiar investimentos do Município. Esclareceu que a proposta para 2026 reflete um ligeiro aumento da derrama, passando de 0.75% para 1 %. A concluir a sua intervenção, o Senhor Presidente referiu que, em caso de aprovação da proposta, a receita deverá ser devolvida à economia local através de investimentos em infraestruturas económicas, como por exemplo na Zona Industrial da Adua. -----

Tomou a palavra o eleito Joel Pedreirinho frisando que a proposta apresentada exige uma reflexão importante, acima de tudo, sobre a nossa identidade económica e a imagem que se pretende transparecer de Montemor para o tecido económico e para quem desejar investir. Acrescentou que o concelho de Montemor-o-Novo, era no distrito de Évora e nos concelhos vizinhos, o que apresentava uma taxa mais baixa e que foi, com a colaboração dos eleitos pelo PSD, reduzida no último mandato. Na sua opinião, esta taxa de derrama era uma vantagem competitiva perante os conselhos vizinhos e um excelente cartão de visita para atrair investimento e grandes empresas. No entanto, com a proposta de subida poderá vir a perder-se esta vantagem conquistada ao longo dos últimos anos. Considera muito vagas as afirmações do Senhor Presidente de que estas verbas sejam para viabilizar e desenvolver infraestruturas económicas, dado que ainda não se conhecem ainda as Grandes Opções do Plano, nem o Orçamento Municipal. Assim sendo, a posição dos eleitos pela AD é bastante clara e será sempre em defesa de quem acreditou no seu programa, pelo que o voto será contra, pela transparência e pelo futuro económico de Montemor. -----

Relativamente à mesma proposta o eleito Joaquim Galvão, referiu que se o Partido Socialista tivesse sido eleito, a proposta de taxa que seria para manter de 0,75% e que os eleitos pelo Partido Socialistas se irão abster. -----

Retomou a palavra o eleito Joel Pedreirinho referindo que com esta abstenção os eleitos do Partido Socialista estão claramente a passar um cheque em branco ao executivo, porque ainda não são conhecidas medidas concretas de investimento para o concelho. Pediu novamente para intervir o eleito Joaquim Galvão afirmando que as regras municipais não são idênticas às regras da Assembleia da República e que o executivo é que apresenta as propostas. Porque ainda que as forças da oposição se juntem para apresentar propostas à Câmara, o executivo pode não aceitar, porque são as regras da Câmara que funcionam. -----

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal destacando que está demonstrado que as grandes empresas tomam as suas decisões com base nos benefícios fiscais, não com base neste tipo de taxação. Frisou ainda que o compromisso assumido pelo executivo é que o valor que for cobrado, em termos da derrama, será afetado às infraestruturas, na Zona Industrial da Adua e outras, que vão ser apresentadas, no âmbito das Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2026. Considera que o debate de ideias é importante, mas cada um tem uma perspetiva ideológica distinta. ----- Não havendo outros pedidos de esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com catorze votos a favor dos eleitos pela CDU (13) e do eleito pelo Movimento Elevar Cortiçadas; dez abstenções dos eleitos pelo PS e sete votos contra dos eleitos pela AD (6) e do eleito pelo CHEGA. -----

Pediu a palavra o eleito Márcio Veríssimo para apresentar uma Declaração de Voto, em nome da bancada da CDU, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

*"Declaração de Voto sobre a Derrama para 2026 -----*

*1º. Ponto da Ordem de Trabalhos -----*

*Os eleitos pela CDU aprovaram as taxas de derrama para 2026 pelas seguintes principais razões: -----*

- a) A derrama é um imposto municipal que se aplica sobre os lucros das empresas sujeitas a IRC e pode ter como taxa máxima 1,5%. Sublinhamos que a derrama só se aplica a empresas que apresentam lucros e, no máximo, poderá ser cobrado pelo Município €1,5 por cada €100 euros de lucro; -----*
- b) A derrama é o único imposto municipal que, conforme a lei, pode ser consignado, isto é, destinado a financiar investimento identificado pelo Município; -----*
- c) Para 2026, os leitos pela CDU propuseram que a taxa de derrama passasse de 0,75%, metade do que a lei permite como valor máximo, para 1%. Ou seja, a aprovação desta taxa permitirá ao Município receber €1 por cada €100 de lucro; -----*
- d) Para 2026, os eleitos pela CDU propuseram, ainda, que para as microempresas com volumes de negócio até €150.000, se mantivesse a aplicação da taxa reduzida de 0,5%; -----*
- e) A receita que o Município arrecadar da derrama será devolvido à economia local através de investimento em infraestruturas económicas a realizar pelo Município".- -----*

*2º. Ponto – Proposta de Participação do Município no IRS para 2026 -----*

Relativamente a esta proposta o Senhor Presidente da Câmara destacou o aumento de 0,5% comparativamente ao ano anterior, passando para 3%, justificado em primeiro lugar porque considera injusta a devolução da verba de 2,5 % que a Câmara deixa de



receber. Ainda no uso da palavra, explicou que uma segunda razão para o referido aumento se prende com o facto do valor poder ser atribuído, através da redistribuição do rendimento, aos municípios que têm menores rendimentos, através do Programa Mor Solidário. -----

Sobre esta proposta o eleito Joaquim Galvão informou que os eleitos pelo Partido Socialista se irão abster. O eleito discordou das afirmações do Senhor Presidente da Câmara, complementando que a proposta do Partido Socialista, para o ano de 2026, seria de 3 %, uma vez que esse foi o compromisso assumido. Acrescentou que se os contribuintes deram a maioria à CDU, tem de se respeitado esse resultado. Solicitou ainda ao executivo a possibilidade de revisão do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, aprovado há demasiados anos, e que poderia ser um instrumento importante para a redistribuição do valor apurado da derrama. -----

Pedi para intervir o eleito Joel Pedreirinho referindo que a decisão tomada irá ter impacto direto no dia a dia de cada montemorense. Acrescentou que a proposta apresentada pela CDU e que conta com a viabilização, por abstenção, do Partido Socialista, é de fixar a participação do Município no IRS em 3%. Uma vez que o ano passado esta taxa era de 2,5%, está-se perante um aumento de carga fiscal municipal, e que, na sua opinião, o dinheiro ficaria melhor do lado das famílias. Assim sendo, o voto dos eleitos da AD será contra. É frequente criticar a forma como o Estado sufoca as famílias com impostos elevados e nesta situação se a Assembleia Municipal tem agora uma oportunidade de ajudar as famílias montemorenses, por que razão foi escolhido o caminho de pedir mais dinheiro aos nossos municípios. O eleito continuou no uso da palavra afirmando que numa altura em que o custo de vida não dá tréguas, cada euro devolvido é um euro que ajuda a pagar a prestação da casa, as despesas de educação e as necessidades básicas do dia a dia. Assim, o aumento da taxa de 2,5% para 3% é uma escolha política que a AD respeita, mas com a qual não concorda. Lamentou também a posição tomada pelo Partido Socialista, que nos últimos anos se disse defensor do rendimento e que agora se abstém, permitindo que este imposto seja aumentado, deixando os montemorenses desprotegidos. Finalizou a sua intervenção afirmando que, por respeito ao esforço de quem trabalha e para a coerência do compromisso assumido com os eleitores e de acordo com o seu programa eleitoral, os eleitos da AD votarão contra. -----

Ainda sobre o documento em discussão, interveio o eleito Vicente Roque afirmando que o executivo anterior apresentou uma taxa de 2,5%. Neste momento e uma vez que os resultados eleitorais ditarem a vitória da CDU, democraticamente todos têm de respeitar esses resultados. A proposta apresentada, pela gestão CDU, de 3% tem uma pequena alteração comparativamente ao ano passado. Prosseguindo a sua intervenção, referiu duas possibilidades; no caso de ser rejeitada a taxa passa automaticamente a ser de 5%, pelo contrário e no caso de ser aceite, haverá apenas um ligeiro aumento. -----

Sobre a proposta em discussão o eleito João Monteiro interveio para discordar das intervenções anteriores. Atendendo ao preconizado na lei, afirmou que, quanto à taxa de derrama, mantém-se a anterior até que exista uma nova deliberação. Pelo contrário, a taxa de IRS, apenas salta para o valor máximo, no caso de não haver qualquer deliberação. -----



Interveio também o eleito Hugo Gatinho, pelo CHEGA, referindo que votará contra esta proposta, porque discorda do aumento proposto, porque as famílias montemorenses necessitam de ajuda e cada cêntimo faz diferença. -----

O eleito Joaquim Galvão usou da palavra para discordar das afirmações do eleito João Monteiro dizendo que uma vez que os dados têm de ser comunicados à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro, não haverá possibilidade de ser apresentada, por parte do executivo, nenhuma outra proposta para substituição desta. -----

O Senhor Presidente da Câmara lembrou que em Montemor-o-Novo, mais de 35% da população tem rendimentos inferiores a trezentos e cinquenta euros mensais. Quanto mais baixos forem os rendimentos, maior é o impacto que tem um pequeno aumento no seu rendimento. Sublinhou que se trata de uma questão com visões ideológicas distintas e que nada está a ser retirado à economia, pelo contrário, será devolvido com a redistribuição de rendimento para aqueles que mais precisam. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com catorze votos a favor dos eleitos pela CDU (13) e do eleito pelo Movimento Elevar Cortiçadas; dez abstenções dos eleitos pelo PS e sete votos contra dos eleitos pela AD (6) e do eleito pelo CHEGA. -----

Interveio a eleita Hortênsia Menino para apresentar, em nome da bancada da CDU, uma Declaração de Voto, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

*“Os eleitos pela CDU aprovaram a taxa de Participação no IRS para 2026 pelas seguintes principais razões: -----*

- a) A receita de IRS é, por lei, atribuída em 95% ao Governo e em 5% aos Municípios; ---*
- b) Os Municípios têm a faculdade de optar por não receber a totalidade dos 5%, o que acontece em Montemor em que o Município deliberou, em 2025, aplicar uma taxa de 2,5%, metade do previsto na lei, devolvendo os restantes 2,5% a quem paga IRS;*
- c) Para 2026, os eleitos pela CDU propuseram passar para 3% aquela taxa e, assim, o Município arrecada mais 0,5 %. A razão desta proposta é porque os eleitos pela CDU consideram injusta a chamada devolução de IRS e propõem que, ao longo do mandato, aquela devolução seja reduzida. De facto, e olhando os últimos dados disponíveis do INE, podemos calcular o seguinte: -----*
  - 50% dos contribuintes de menores rendimentos que pagam menos IRS apenas irão receber cerca de 4 % da devolução do Município; -----*
  - Os 20% dos contribuintes com maiores rendimentos e que pagam mais IRS irão receber cerca de 75% da devolução do Município; -----*
  - Os 10% dos contribuintes com maiores rendimentos e que pagam mais IRS irão receber cerca de 56% da devolução do Município; -----*
- d) Desta forma, consideramos mais justo e solidariamente mais relevante que o Município não proceda à devolução de IRS e destine aquelas verbas para reforço dos apoios sociais às famílias e munícipes mais pobres e a instituições de solidariedade social que dão apoios sociais decisivos às nossas famílias e à nossa comunidade. ----*

*Montemor-o-Novo, 29 de dezembro de 2025 -----*

*Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal” -----*

3º. Ponto – Proposta de IMI a cobrar em 2026 -----

Neste ponto o Senhor Presidente da Câmara Municipal transmitiu que o executivo concorda com a proposta a vigorar no presente ano, pelo que, para dois mil e vinte e seis, propõe-se que seja idêntica e a mais baixa permitida pela lei. Destacou que se aplicam os fatores de majoração e minoração, devidamente fundamentados no texto da proposta, os quais considera justos, em particular no que respeita à reabilitação de habitação ou a penalizar imóveis degradados e ou devolutos, sem perspetiva de resolução. Na sua opinião, considera ainda que o IMI deveria ser ponderado na sua aplicação, introduzindo-lhe fatores de progressividade, de modo a que os pequenos proprietários, nomeadamente os que possuem apenas habitação própria, pudessem ser beneficiados e que os grandes proprietários fossem taxados, não apenas imóvel a imóvel, mas pelo conjunto do seu património imobiliário. Informou que o executivo irá reforçar. Finalizou a sua intervenção referindo que o executivo irá reforçar, junto da Autoridade Tributária, a importância da aplicação destas majorações e minorações. ----

Pediu a palavra o eleito Joaquim Galvão informando que os eleitos pelo Partido Socialista concordam com a proposta apresentada. Pediu que o executivo pudesse solicitar à administração tributária o cruzamento com as moradas fiscais. Relatou que no concelho de Vendas Novas foi possível, através da Direção Geral dos Impostos, identificar os prédios que estavam degradados ou não habitados e por consequência muitos proprietários iniciaram obras de reabilitação. Se isso viesse a acontecer também na cidade e mesmo em todo o concelho, seria também muito positivo. -----

Tomou a palavra novamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal evidenciando que a informação de que dispõe é que nos últimos anos já foi possível fazer isso e que já foram fornecidos à Autoridade Tributárias esses dados. Ainda assim, será feito um reforço do pedido para aplicação do que se apresenta como proposta e se encontra preconizado também por lei. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

Pediu a palavra o eleito Jaime Oliveira para apresentar uma Declaração de Voto, em nome da bancada da CDU, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

*“Eleitos pela CDU na Assembleia Municipal -----*

*Declaração de Voto sobre o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para 2026 -----*

*3º. Ponto da Ordem de Trabalhos -----*

*Os eleitos pela CDU aprovaram as taxas de IMI para 2026 pelas seguintes principais razões: -----*

*a) A taxa geral de IMI proposta é a mais baixa permitida pela lei; -----*

*b) Aplicam-se fatores de majoração e minoração fundamentados no texto e que consideramos justos, nomeadamente, no que respeita a apoiar a reabilitação de habitação ou a penalizar imóveis degradados e/ou devolutos sem perspetiva de resolução. -----*

*Contudo, os eleitos pela CDU consideram que a Assembleia da República e o Governo deveriam alterar o IMI, introduzindo fatores de progressividade para que os pequenos proprietários, nomeadamente, os que possuem apenas habitação própria, possam ser beneficiados e os grandes proprietários e especuladores imobiliários sejam taxados pelo conjunto do seu património imobiliário.” -----*

4º. Ponto – Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2026 -----  
No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara afirmou que a proposta é manter a taxa que tem vindo a ser praticada no município, desde há muitos anos. Acrescentou que a mesma, de acordo com a lei, não é suportada pelos munícipes, mas sim pelas empresas. -----

Não havendo nenhum pedido de intervenção o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

5º. Ponto – Proposta de Regulamento dos Cemitérios Municipais de Montemor-o-Novo -----

No que respeita a esta proposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a documentação foi distribuída atempadamente. O presente regulamento foi sujeito a um processo de alterações, durante o mandato anterior, apresentando-se, para apreciação da Assembleia Municipal, o documento atualizado. -----

Por não haver nenhum pedido para uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

6º. Ponto – Revisão do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização -----

Sobre o documento o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu nota de que, à semelhança do ponto anterior, também o Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização foi sujeito a um trabalho de atualização, o qual se apresenta para deliberação. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

7º. Ponto - Relatório do Procedimento Regulamentar para elaboração do Regulamento dos Refeitórios Escolares no concelho de Montemor-o-Novo -----

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente a este documento, referiu que decorre a elaboração de um Procedimento Regulamentar para a preparação do Regulamento dos Refeitórios Escolares. Apresenta-se a deliberação da Assembleia Municipal o respetivo relatório. -----

Por não haver nenhum pedido para uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou de seguida o documento a apreciação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

8º. Ponto – 2º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples de S. Geraldo -----

Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou o segundo relatório anual de monitorização da ORU simples de S. Geraldo, referente ao período compreendido entre dezembro de dois mil e vinte e três e novembro de dois mil e vinte e quatro (inclusive). -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iria colocar o documento a votação. -----  
Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

9º. Ponto - 3º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples de S. Cristóvão -----

Neste ponto foi apresentado, pelo Senhor Presidente da Câmara, o terceiro relatório anual de monitorização da ORU simples de S. Cristóvão, referente ao período compreendido entre abril de dois mil e vinte e quatro e março de dois mil e vinte e cinco(inclusive). -----

Por não haver nenhum pedido para uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o respetivo documento a votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

10º. Ponto - 3º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples de S. Sofia -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que este ponto era respeitante ao terceiro relatório anual de monitorização da ORU Simples de S. Sofia, referente ao período compreendido entre abril de dois mil e vinte e quatro e março de dois mil e vinte e cinco (inclusive). -----

Não havendo nenhum pedido de esclarecimentos, o documento foi de imediato colocado a apreciação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

11º. Ponto - 4º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples do Escoural -----

O documento apresentado, neste ponto, foi o quarto relatório anual de monitorização da ORU Simples do Escoural respeitante ao período de junho de dois mil e vinte e quatro a maio de dois mil e vinte e cinco (inclusive). -----

Por não haver nenhum pedido para uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

12º- Ponto - 4º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples de Cabrela -----

Sobre o presente documento o Senhor Presidente da Câmara esclareceu tratar-se do quarto relatório anual de monitorização da ORU Simples de Cabrela relativamente ao período de junho de dois mil e vinte e quatro a maio de dois mil e vinte e cinco (inclusive). -----

Não havendo nenhum pedido de esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

13º. Ponto - 4º. Relatório Anual de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples de Lavre -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente da Câmara informando que o quarto relatório anual de monitorização apresentado neste ponto da ordem de trabalhos era respeitante à ORU Simples de Lavre, sobre o período de junho de dois mil e vinte e quatro a maio de dois mil e vinte e cinco (inclusive). -----

Por não haver nenhum pedido para uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou de imediato o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para solicitar autorização, por parte dos eleitos, para a continuação dos trabalhos, por serem zero horas do dia trinta de dezembro de dois mil e vinte e cinco, havendo concordância de todos. -----

14º. Ponto - Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Freguesia de Nª Sr.ª da Vila / Aluguer de Carrinha para Transportes Escolares -----

Neste ponto, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que se apresenta para apreciação uma proposta de Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Vila para aluguer de carrinha no âmbito da realização de transportes escolares. -----

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

15º. Ponto - Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Freguesia de Nossa Senhora da Vila / Delegação de Competências - novembro e dezembro de 2025 -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara salientou que, na sequência das extinções das uniões de freguesia, no final do mês de outubro e da criação das novas freguesias é necessário celebrar contratos com as novas entidades. Foi apresentado neste ponto, para deliberação, a proposta de Contrato Interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Vila. -----

Ainda sobre a proposta, interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentando que todos os critérios foram definidos pelas comissões de extinção de freguesias, sendo devidamente publicitados, quer os inventários, quer as obrigações e direitos, em Diário da República. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

16º. Ponto - Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Freguesia de Nª Sra. do Bispo / Delegação de Competências - novembro e dezembro de 2025 -----

Interveio novamente o Senhor Presidente da Câmara destacando que a presente proposta é semelhante e diz respeito à Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou de imediato o documento a votação. -----  
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

17º. Ponto - Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Freguesia de Silveiras / Delegação de Competências - novembro e dezembro de 2025 -----

A proposta apresentada, neste ponto, pelo Senhor Presidente da Câmara era respeitante à Junta de Freguesia de Silveiras, no âmbito do mesmo contrato. -----  
Por não haver pedidos para intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----  
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

18º. Ponto - Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Freguesia de Lavre / Delegação de Competências - novembro e dezembro de 2025 -----

Foi o Senhor Presidente da Câmara que retomou a palavra para referir que a presente proposta de Contrato Interadministrativo dizia respeito à Junta de Freguesia de Lavre. -  
Por não haver pedidos para uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----  
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

19º. Ponto - Proposta de Contrato Interadministrativo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Freguesia de Cortiçadas de Lavre / Delegação de Competências - novembro e dezembro de 2025 -----

Quanto a esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara explicou tratar-se do Contrato Interadministrativo a ser celebrado com a Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre. --  
Não havendo pedidos para intervenções, a proposta foi colocada a votação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----  
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

20º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo estar ao dispor para esclarecimento de outros assuntos que se julguem necessários. -----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre, Augusto Pascoal, afirmando que a Constituição da República fará cinquenta anos, no próximo dia dois de abril, questionando o executivo se está prevista alguma iniciativa para esse efeito. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia para lembrar que também se comemoram, no próximo ano, os cinquenta anos sobre a realização das primeiras eleições autárquicas em Portugal. São por isso duas efemérides muito importantes. ---  
Solicitou novamente a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre, Augusto Pascoal, destacando a existência de freguesias há cerca de dois mil anos, com características diferentes de agora e algumas até de natureza religiosa. Por

outro lado, as câmaras municipais existem, como são conhecidas, desde o vinte e cinco de abril. -----

Retomou a palavra novamente o Senhor Presidente da Câmara dando conhecimento de que o tema geral das Opções do Plano e Orçamento, para o próximo ano, será os cinquenta anos da Constituição da República Portuguesa, havendo um programa específico, ao longo de todo o ano, para assinalar essa efeméride notável. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a mesa procedeu, de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao público, não havendo qualquer intervenção. -----

Continuando no uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu-se às eleições para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, que terão lugar no dia doze de janeiro de dois mil e vinte e seis e que será a mesa da Assembleia Municipal que irá constituir a mesa de voto, obrigatoriamente. O universo eleitoral que irá votar, serão todos os eleitos do concelho. A finalizar apresentou votos de boas entradas em 2026 e que todos possam trabalhar, em conjunto, por Montemor. Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eram zero horas e sete minutos do dia trinta de dezembro de dois mil e vinte e cinco. E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo.

O Presidente da Assembleia Municipal

  
António Joaquim da Silva Danado

A Assistente Técnica

  
Helena Bazilisa Rodrigues